

Trabalhonecessário

ISSN: 1808 - 799X

ANO 12, Nº 19 – 2014

Giuseppe Verdi, músico, intelectual de esquerda com importante atuação na unificação italiana, escreveu, em carta datada de 1871, a conhecida frase: “Torniamo all’antico e sarà un progresso”¹. Não podemos nos furtar a esta lembrança quando vem à tona, na sociedade brasileira, a ameaça representada pelo Projeto de Lei 8099/2014, encaminhado em 13 de novembro de 2014, ao Congresso Nacional pelo Deputado Federal Marco Feliciano (PSC-SP).

O crescimento da atuação dos conservadores religiosos na política em geral, e na educação em particular, tem despertado uma série de discussões no país, mas carece, ainda de ser alvo da necessária mobilização por parcelas mais amplas da sociedade. Às atuais ameaças, soma-se a histórica disputa pelos recursos públicos que, até hoje, são magnanimamente transferidos para as instituições confessionais.

Não é demais lembrar que, no passado, mais precisamente, na Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1891, como pode ser constatado na nossa coluna Memória e Documentos, era afirmado no Artigo 72: § 6º - "Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos"; 7º - "Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados". Embora com a clareza de que o anacronismo não é fecundo nos processos de construção do conhecimento científico, entendemos ser necessário compreender, em profundidade, os caminhos percorridos para chegar ao cenário ético-político e cultural da atualidade, do qual a questão "religiosa" é importante expressão no Brasil².

¹ Voltemos ao passado, será um progresso.

² Aos argumentos de que a(s) igreja(s) e o Estado são historicamente imbricados, não é demais assinalar que próximo a nós há um Estado laico que pode constituir exemplo de que essa separação é possível, viável e necessária. O Uruguai possui uma tradição, antiga e partilhada por sua população (majoritariamente católica), de separação entre o Estado e a Igreja, iniciada por volta de 1865. Em 1877, a Constituição do país determinou a educação pública como laica e exclusividade do Estado. Finalmente, em 1917, nova Carta Magna tornou

Trabalhonecessário

ISSN: 1808 - 799X

ANO 12, Nº 19 – 2014

É, mais uma vez o pensamento marxiano que nos auxilia na análise. Ao escrever as Teses sobre Feuerbach, Marx afirma que

Feuerbach resolve a essência religiosa [*das religiöse Wesen*] na essência humana. Mas a essência humana não é nenhum abstracto [*Abstraktum*] inerente ao indivíduo singular. Na sua realidade [efectiva], ela é o conjunto [*das ensemble*] das relações sociais. (...) Feuerbach não vê, por conseguinte, que os próprios “sentimentos religiosos” são um produto social, e que o indivíduo abstracto, que ele analisa, pertence a uma forma determinada de sociedade³.

É, precisamente, no âmbito de cada forma de sociedade que se concretiza a educação que, com as fundamentais marcas da contradição, é comprometida, ou não, com a emancipação humana. Lutar pela emancipação humana e resistir a todas as formas de opressão e de expropriação de direitos, torna-se, portanto, cada vez mais necessário. E as frentes de luta são muitas. No espaço desta revista, compreendido como uma forma de luta, procuramos dar visibilidade a estudiosos que no seu trabalho diário em pesquisa e em diferentes níveis da docência partilham desta perspectiva. Assim, trazemos aos leitores um conjunto de produções acadêmicas que objetivam compreender diferentes aspectos da sociedade brasileira a partir de uma perspectiva crítica, fundamentada no materialismo histórico dialético.

Iniciamos este número com o artigo "Considerações sobre o trabalho como princípio educativo e a educação como instrumento de resistência e emancipação", de autoria de Paulo Eduardo Dias Taddei, Vanessa Gonçalves Dias e Andréa Wahlbrink Padilha da Silva da FaE/UFPel. Os autores, que empreendem reflexão sobre a importância do trabalho como elemento constituinte de um projeto de educação integral, partem de um questionamento central: qual a modalidade de trabalho e a forma de escola que, articulados,

oficial a separação entre o Estado e a Igreja. Até a atualidade o laicismo constitui valor fortemente arraigado na sociedade uruguaia.

³ Marx, Karl. Teses sobre Feuerbach (de acordo com o texto manuscrito de 1845; tradução de José Barata-Moura, Universidade de Lisboa). Texto base do mini-curso "Teses sobre Feuerbach", ministrado pelo Prof. Dr. ³Barata-Moura no Intercrítica II, Belém, UFPA, agosto de 2014.

Trabalhonecessário

ISSN: 1808 - 799X

ANO 12, Nº 19 – 2014

podem contribuir para a construção da educação como instrumento de resistência e emancipação humana? Ao problematizar o papel do trabalho enquanto elemento central para o desenvolvimento da ação pedagógica nas escolas públicas, o texto nos oferece importantes elementos de reflexão acerca da educação da classe trabalhadora, na atualidade brasileira.

A seguir, contamos com a colaboração de Vilma Margarete Simão, da Universidade Regional de Blumenau, no artigo "Repartição sustentada na ética da necessidade: uma possibilidade no trabalho cooperado e autogestor", que trata de questões do espaço de materialização da ética, dos valores que predominam na sociedade contemporânea e da relação entre ética e trabalho. A autora trata da ética e da participação no resultado trabalho na sociedade moderna, visando à superação da ética burguesa como pressuposto para a conquista da ética emancipatória. Organizada em torno dos seguintes subtemas: trabalho livre e criativo como condição humana; limites e possibilidades da prática cooperativada na construção de uma nova racionalidade ética; limites da superação da produção da riqueza pelo sistema cooperativo no interior do sistema capitalista, a argumentação apresentada, constitui um convite à reflexão tão necessária na sociedade atual, acerca da ética e de como são tortuosos os caminhos ético-políticos hoje vivenciados.

Mari Fusioka e Adreana Dulcina Platt, da Universidade Estadual de Londrina publicam, neste número, o trabalho "Políticas públicas para o empreendedorismo em tempos de precarização do trabalho". Nele as autoras abordam a reestruturação do setor produtivo ocorrida no final do século XX, que levou à quebra das cadeias produtivas e, conseqüentemente, à terceirização dos serviços. Recordam, ainda, que tal processo objetivou a redução dos custos trabalhistas e transformou os trabalhadores assalariados em pequenos fornecedores. Tal modelo produtivo, conhecido como *outsourcing*, que ocorre na atualidade de forma mundial, exigiu dos Estados o estabelecimento de estratégias no âmbito das políticas públicas visando atrair

Trabalhonecessário

ISSN: 1808 - 799X

ANO 12, Nº 19 – 2014

investimentos estrangeiros. Para Fusioka e Platt, nesse novo cenário, a orientação e a capacitação profissional assumiram destaque como um dos fatores para o êxito das políticas públicas e privadas, nas quais o Estado e a sociedade civil devem atuar de forma combinada com o propósito de facilitar a atuação dos investidores estrangeiros na localidade, conferindo centralidade à questão do empreendedorismo. Ao mostrarem que, na realidade, o empreendedorismo configura-se como uma nova forma de precarização do trabalho, as autoras nos oferecem importantes elementos para refutar as propostas educacionais que filiadas a essa lógica, subsumem a educação aos interesses de caráter interessado dos processos produtivos.

O quarto artigo, "A educação e o embate aos problemas sociais na visão do empresariado", é de autoria de Mário Luiz de Souza, do CEFET-RJ. O autor aborda o projeto de educação escolar presente nos artigos dos representantes do empresariado, publicados no jornal *Folha de São Paulo* no período do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). São, para isso, analisados os artigos de representantes de três setores da economia brasileira (setor industrial, setor bancário e setor de comércio e serviços). A argumentação parte da hipótese de que tais artigos constituem instrumentos políticos a partir dos quais seus autores buscam criar um consenso ativo sobre suas propostas para o enfrentamento dos problemas sociais do país. Nessa ação política, buscam legitimar a idéia de que a educação escolar é o principal caminho para resolução desses problemas, mas para isso se faz necessário a participação direta do empresariado nesse processo, seja com a tese da responsabilidade social das empresas, seja através da ação concreta do tripé: empresa privada-terceiro setor-Estado. Sem dúvida uma leitura coadunada com a importância que efetivamente deve ser atribuída aos meios de comunicação de massa como aparelhos de hegemonia, num momento em que

Trabalhonecessário

ISSN: 1808 - 799X

ANO 12, Nº 19 – 2014

estão na agenda política do país o papel da mídia nas últimas eleições e a necessidade de um novo marco regulatório para a comunicação de massa.

A quinta contribuição à Trabalho Necessário: "Reuni: a contrar-reforma do ensino superior em tempos de crise do capital e a realidade da UFF" é de autoria de Matheus Castro da Silva, professor da Educação Básica na rede municipal de Nova Iguaçu. No estudo, o autor analisa como o REUNI, implantado pelo Governo do Partido dos Trabalhadores, se inscreve em um contexto de crise do capitalismo. A argumentação é desenvolvida a partir da discussão acerca da inserção dependente do Brasil na totalidade do Modo de Produção Capitalista, segundo Ruy Marini. É nesse contexto que Silva aborda a Reforma Universitária, implementada em 2007, até 2012, quando se verifica uma greve histórica que atingiu a Universidade brasileira. Tomando a UFF como seu objeto empírico, o trabalho pretende explicitar de que maneira a referida reforma se materializou.

O último artigo do número, de autoria de Henrique dos Santos Pacheco, professor da Educação Básica na rede municipal de Itaboraí e da rede estadual de educação do Rio de Janeiro, tem como título e tema "O pensamento de E.P. Thompson e a "experiência" como mediação necessária na educação de jovens e adultos trabalhadores em Itaboraí/RJ". Pacheco reflete sobre a educação de jovens e adultos trabalhadores, recorrendo a Thompson e, em decorrência, partindo do pressuposto de que aquilo que as pessoas comuns fazem é digno de interesse e atenção. O autor destaca que em tempos de crise do capital e do trabalho assalariado, como na atualidade, identifica-se na educação pública a influência cada vez maior das teses relativas ao capital humano, tornando as escolas uma extensão do processo produtivo, da cultura hegemônica e da pedagogia política do capital. Visando fazer frente a esse cenário, é defendida a tese de que se torna necessária a resistência às determinações do mercado e à pedagogia política do capital para que as experiências de classe sejam socializadas e para que os alunos da EJA

Trabalhonecessário

ISSN: 1808 - 799X

ANO 12, Nº 19 – 2014

Trabalhadores sejam conhecedores de sua própria cultura, como sujeitos históricos reconhecidos entre si.

Contamos, também, neste número, com o Ensaio "Autogestão: marca indelével no pensamento de Rosa Luxemburgo", de Everton Werneck de Almeida, Professor da rede estadual de educação do Rio de Janeiro. O ensaio apresenta uma análise do pensamento da revolucionária alemã Rosa Luxemburgo tendo, como objetivo principal, abordar a forma como o tema da autogestão é tratado. Para o autor, a autogestão social, que é uma das mais antigas e principais aspirações do movimento operário, perpassa todo o seu pensamento, contrapondo-se tanto ao reformismo socialdemocrata quanto ao projeto de socialismo que então se constituía na Rússia leninista. Ainda segundo Almeida, o pensamento de Rosa Luxemburgo sublinhará a todo momento que o protagonismo das massas operárias é indispensável no processo de construção da nova sociedade socialista.

Concluimos o número com nossa tradicional coluna Memória e Documentos, de Francisco José da Silveira Lobo Neto, da Escola Politécnica de Saúde da FIOCRUZ: "A educação na Constituição de 1934: 80 anos de um capítulo específico na Carta Magna". Nela o autor oferece elementos históricos, fundamentais para a compreensão das particularidades brasileiras em que se constroem historicamente, no país, as estratégias de educação da classe trabalhadora. Num preâmbulo em que aborda as turbulências da primeira República, nos ensina Lobo Neto, que somente há oito décadas a Constituição do país contempla, especificamente e com maiores detalhes, a temática educacional deixando muitas lacunas e sendo passível de profundos questionamentos no que concerne à educação da classe trabalhadora.

São, sem dúvida, instigantes as leituras reunidas no presente número. Esse conjunto de reflexões evidencia o fato de que o pensamento crítico, embora desqualificado pelos discursos hegemônicos e, sempre que possível, silenciado, ainda apresenta o vigor necessário ao bom combate e á produção

Trabalhonecessário

ISSN: 1808 - 799X

ANO 12, Nº 19 – 2014

coletividade novas propostas educacionais. Partilhamos, com prazer tais contribuições, certos de nos seus próximos números a Trabalho Necessário congregará outras vozes, também necessárias. Boa leitura a todos.

Os Editores